

FUNDAMENTOS TEOLÓGICOS E ECLESIOLÓGICOS DA *GAUDIUM ET SPES*¹

Dom Cláudio Cardeal Hummes²

RESUMO

Esse artigo estuda os fundamentos teológicos e eclesiológicos da Gaudium et Spes. Tem como objetivo apresentar elementos pertinentes do ponto de vista de Pastor, sublinhando alguns aspectos mais significativos para a Igreja e para o reino de Deus.

Palavras Chave – Igreja, Concílio, Comunidade.

ABSTRACT

This article studies the theological and ecclesiological fundamentals of the document "Gaudium et Spes" with the objective of presenting its pertinent elements on the point of view of the Pastor, and underlying the more significant aspects to the Church and the Kingdom of God.

Key words – Church, Council, Community.

INTRODUÇÃO

Não penso esgotar o assunto nesta curta palestra. O tema dos fundamentos teológicos e eclesiológicos da "*Gaudium et Spes*" (GS), documento do

¹ Palestra proferida dia 16.03.05 no Congresso Comemorativo dos 40 anos da Gaudium et Spes, promovido pelo Pontifício Conselho para a Justiça e a Paz, no Vaticano

² Arcebispo de São Paulo

Concílio Ecumênico Vaticano II, é mais rico e fascinante do que aqui eu possa apresentar, dentro de meus limites humanos e dos limites de tempo limite-me a apresentá-lo como pastor da Igreja. Dentro desses limites, tentarei sublinhar alguns aspectos do tema, que me parecem mais significativos e pastorais.

O papa João XXIII expressou pela primeira vez sua idéia de celebrar um Concílio para toda a Igreja quando, em 25 de janeiro de 1959, na Basílica de São Paulo fora dos Muros, disse textualmente: "Veneráveis Irmãos e Diletos Filhos! Anunciamos diante de vós, certamente tremendo um pouco de comoção, mas ao mesmo tempo com humilde vigor de propósito, o nome e a proposta (...) de um Concílio Ecumênico para a Igreja universal"³. As preocupações e intenções do papa são acima de tudo pastorais, de atualização da Igreja, para que essa fosse "a Igreja de todos, especialmente dos pobres"⁴. Preocupa-se com a humanidade contemporânea e sua abertura à Igreja de Jesus Cristo.

Na Bula "*Humanae Salutis*", de convocação do Concílio, João XXIII escreve: "A Igreja assiste, hoje, a uma grave crise da sociedade. Enquanto para a humanidade surge uma nova era, obrigações de uma gravidade e amplitude imensas pesam sobre a Igreja (...). Trata-se, na verdade, de pôr em contacto com as energias vivificadoras e perenes do Evangelho o mundo moderno"⁵.

Ora, o documento "*Gaudium et Spes*" (GS) foi identificado como constituindo o texto pastoral fundamental e mais abrangente do Concílio, a ponto de receber o nome de Constituição Pastoral. Já afirmava Mons. Emilio Guano, presidente da comissão que elaborou o esquema inicial desta constituição, poucos dias antes de se iniciarem os debates sobre o mesmo, numa conferência aos jornalistas em 17 de outubro de 1964: "Este esquema não é como os outros. Não tem como objeto imediato e direto a doutrina da Igreja. Não trata da consciência que a Igreja tem de si mesma, nem da Revelação, nem da renovação da vida espiritual e litúrgica, nem da disciplina eclesiástica, nem das formas canônicas. (...) O mundo de hoje com todos os seus problemas é que constitui o seu tema. É a Igreja que dirige seu olhar para a civilização atual, para as necessidades e aspirações dos homens de hoje, para as transforma-

ções e orientações novas que caracterizam a sociedade hodierna (...) O interesse por tudo o que é humano é algo de essencial na Igreja, porque ela foi fundada para os homens, pelo Filho de Deus feito homem, membro da família humana. Estes motivos fazem com que a Igreja procure compreender os homens e ser, ao mesmo tempo, compreendida por eles. (...). Naturalmente, ao entrar em contato com a realidade cotidiana, a Igreja não pode esquecer-se de que a sua missão é a de anunciar o Evangelho, é a de comunicar a vida divina aos homens, é a de conduzir os homens para Deus. Com o presente esquema o Concílio tem em vista exprimir e favorecer o diálogo da Igreja com o mundo contemporâneo. A finalidade, portanto, do esquema é a de definir a atitude da Igreja perante os problemas do homem de hoje".

Este caráter pastoral do Vaticano II e, em especial, da "*Gaudium et Spes*" (GS), contudo, tem fundamentos teológicos e eclesiológicos, dos quais a preocupação, os conteúdos e as metas pastorais serão conseqüências. Abordemos, então, agora alguns destes fundamentos, temas desta nossa conferência.

1. DEUS AGINDO NA HISTÓRIA HUMANA: ENCARNAÇÃO, REALIDADES TERRESTRES, ESCATOLOGIA

A compreensão de que Deus age na história humana não é recente, mas tradicional. Pertence mesmo ao judeu-cristianismo, fazendo parte do núcleo de fé do Vêtero Testamento. É isso que lemos, por exemplo, em Ex 3,7-8, quando é anunciada a ação de Deus que libertará seu povo. Ela está presente também no núcleo da fé do Novo Testamento, como compreensão fundamental da Encarnação do Filho de Deus, e por isso lemos que "o Verbo se fez carne e habitou entre nós" (Jo 1,14), fazendo-se Emanuel, "Deus-conosco".

A história não é estranha ao seu Criador. A Constituição Dogmática "*Dei Verbum*" (DV), do Concílio, ensina que a revelação de Deus acontece na história (DV 2), na qual Deus se faz presente para propor salvação à humanidade, mediante seu Filho, feito homem, Jesus Cristo. Aqui se afirma toda a relevância da fé da Igreja na Encarnação do Filho de Deus, que se faz homem para a salvação da humanidade, como já o afirmava o Concílio Niceno⁶.

³ Cf. AAS 51 [1959], p.65-69

⁴ G. ALBERIGO, História dos Concílios Ecumênicos, São Paulo, Paulus, pp. 397-98

⁵ Cf. Documentos do Vaticano II, Petrópolis, RJ, 1966, p.13

⁶ DENZINGER, nn. 125-126 (H.DENZINGER & P.HUNERMANN, Enchiridion Symbolorum, Paris, Cerf, 1997)

Deus se faz conhecer aos homens em sua ação na história. Revelando-se na história, Deus nela se faz presente para a salvação da humanidade, eis a verdade crida pela Igreja. Isso indica a proximidade de Deus, esse Deus que Jesus anuncia como Pai amoroso. Em Jesus Cristo e por Ele, Deus se faz Deus-conosco, para nos conduzir até seu Reino. Assim, a história humana é assumida por Jesus como a história do Verbo entre nós.

Esta perspectiva de um Deus Criador, que se faz presente na história, nela age amorosamente e se revela, permite que valorizemos as realidades terrestres. A GS começa com palavras de profunda simpatia com toda a realidade do homem no mundo (GS 1). Afirma a bondade radical do mundo criado por Deus, não obstante suas ambigüidades, que derivam do pecado original e de todos os pecados pessoais posteriores. Diz o texto da GS: "Pela própria condição de serem criaturas (de Deus), todas as coisas possuem consistência, verdade, bondade e leis próprias, que o homem deve respeitar, reconhecendo os métodos peculiares de cada ciência e arte. Por esta razão, a investigação metódica em todos os campos do saber, quando levada a cabo de um modo verdadeiramente científico e segundo as normas morais, nunca será realmente oposta à fé, já que as realidades profanas e as da fé têm origem no mesmo Deus. Antes, quem se esforça com humildade e constância por perscrutar os segredos da natureza é, mesmo quando disso não tem consciência, como que conduzido pela mão de Deus, o qual sustenta todas as coisas e as faz ser o que são" (GS 36).

Desse modo, o Concílio afirma "a autonomia das realidades terrestres". Ele o faz mais explicitamente no seguinte texto da GS: "Se por autonomia das realidades terrestres entendemos que as coisas e as próprias sociedades gozam de leis e valores próprios, a serem conhecidos, usados e ordenados gradativamente pelo homem, é necessário absolutamente exigí-la. Isto não é só reivindicado pelos homens do nosso tempo, mas também está de acordo com a vontade do Criador" (GS 36).

Esta visão positiva da criação, da atividade humana, das ciências, da técnica e das leis da sociedade humana e da história, é característica do Concílio Vaticano II e, em especial, do documento "Gaudium et Spes" e nos pode ajudar hoje também a dialogar com a sociedade sobre a verdadeira laicidade do Estado.

O reconhecimento claro da autonomia das realidades terrestres foi um

grande passo deste Concílio e o sintonizou com a modernidade. Na verdade, a fé não se opõe às ciências. Diz a GS: "Seja-nos permitido lamentar algumas atitudes, que não faltaram, às vezes entre os próprios cristãos, por não reconhecer bastante a legítima autonomia das ciências, e que, por essa razão, nas disputas e controvérsias suscitadas, levaram muitos a julgar que a fé e a ciência se opunham entre si"(GS 36).

Por outro lado, a GS rejeita todo cientificismo e secularismo na questão da "autonomia das realidades terrestres/temporais", dizendo: "Se pelas palavras "autonomia das realidades temporais" se entende que as coisas criadas não dependem de Deus, e o homem as pode usar sem referência ao Criador, todo aquele que admite Deus percebe o quanto sejam falsas tais máximas. Na verdade, sem o Criador, a criatura se esvai (...). Pelo esquecimento de Deus, a própria criatura torna-se obscura"(GS 36).

Contudo, a GS não esquece que a criação, a história e a atividade humana foram feridas pelo pecado do homem, desde os primórdios do gênero humano. O homem se afastou de Deus e tomou a si mesmo como luz e norma, tentando ser o sujeito único e autônomo de sua história e destino. Seu egoísmo radical trouxe a desordem. As conseqüências perduram através dos tempos e hoje são assim descritas pela GS: "A ordem dos valores foi perturbada e o mal se misturou com o bem. Pessoas e grupos humanos tendem a se preocupar unicamente com o que é seu, esquecendo-se dos outros. O mundo deixou de ser um espaço fraterno. O poder humano, à medida que aumenta, ameaça a existência da própria humanidade. A história dos homens é uma luta contra o poder das trevas, que começou na origem do mundo e continuará até o fim, como diz o Senhor (cf. Mt 24,13; 13,24-30 e 36-43)" (GS 37).

Tal situação de desordem precisa ser sanada. Segundo nossa fé, que a GS procura expressar, também a criação e toda atividade humana entram misteriosamente no processo pascal da redenção do homem, participando à sua maneira do mistério da morte e ressurreição de Jesus Cristo. Também a criação geme em dores de parto, diz o apóstolo Paulo. No fim dos tempos, quando será consumada a história humana e estabelecido o Reino definitivo de Deus, com a ressurreição dos mortos também a criação e todas as obras humanas serão transformadas e haverá novo céu e nova terra, "em que habitará a justiça e cuja felicidade preencherá e superará os desejos de paz que

o coração humano alimenta. Então, vencida a morte, os filhos de Deus ressuscitarão em Cristo. O que foi semeado na fraqueza e na corrupção, vestirá a incorruptibilidade. O amor permanecerá e toda criatura, feita em vista do homem, há de ser libertada (...) Embora se deva distinguir o Reino de Cristo do progresso humano, não resta dúvida de que, na medida em que se entende por progresso a organização mais perfeita da sociedade, esta organização é da maior importância para o Reino de Deus. Bens como a dignidade humana, a comunhão fraterna e a liberdade, frutos da natureza e do trabalho humano, depois de difundidos na terra segundo o mandamento do Senhor e no seu Espírito, serão encontrados depois, purificados de toda mancha, iluminados e transfigurados, quando o Cristo entregar ao Pai o seu reino eterno e universal (...). O reino misteriosamente presente na terra, chegará à consumação com a (segunda) vinda do Senhor (no fim dos tempos)" (GS 39).

2. JESUS CRISTO E O HOMEM NOVO: CRISTOLOGIA E ANTROPOLOGIA

Ao querer apresentar a correta relação entre a Igreja e o mundo, a GS começa com uma síntese antropológica, cujos elementos fundamentais são esses: o homem, criado por Deus, criado à imagem e semelhança de seu Criador, criado como ser social (homem e mulher), uno na composição de matéria e espírito (corpo e alma), dotado de inteligência, liberdade e consciência moral, como elementos essenciais de uma interioridade espiritual e de uma capacidade de transcender o mundo material em que está enraizado, mas ao mesmo tempo dividido interiormente, dilacerado, porque ferido pelo pecado desde os primórdios da história humana, e conseqüentemente "sua vida, individual e coletiva, se apresenta como luta dramática entre o bem e o mal, entre a luz e as trevas, de modo que o homem se encontra incapaz, por si mesmo, de debelar eficazmente os ataques do mal e assim se sente como que preso em cadeias"(GS 13).

A GS ressalta a subjetividade do ser humano, que o capacita a ser o centro do universo, apesar das feridas do pecado. Ao ressaltar a subjetividade e uma conseqüente visão antropocêntrica do mundo, que no seu sentido mais profundo se torna cristocêntrica, o Concílio leva a Igreja a dar um passo da modernidade – regida pela Ilustração – é precisamente o tema da subjetividade. A GS, por sinal, ao falar do homem e da sua subjetividade, seguindo a temática

antropológica e antropocêntrica da modernidade, destaca como componentes fundamentais do sujeito humano, a liberdade/autonomia (GS 17), a igualdade (GS 29) e a fraternidade (GS 32), a dignidade e a autoridade invioláveis da intimidade da consciência moral, componentes esses da subjetividade humana situados no marco da dimensão comunitária da pessoa (GS 24-26).

Destaco aqui a importantíssima doutrina da GS sobre a dignidade da íntima consciência moral do sujeito humano. Diz a GS: "Na intimidade da consciência, o homem descobre uma lei (...), uma lei escrita por Deus em seu coração. Obedecer a ela é a própria dignidade do homem, que será julgado de acordo com esta lei. A consciência é o núcleo secretíssimo e o sacrário do homem onde ele está sozinho com Deus e onde ressoa sua voz (...) Pela fidelidade à consciência, os cristãos se unem aos outros homens na busca da verdade e na solução justa de inúmeros problemas morais que se apresentam, tanto na vida individual como social (...). Acontece não raro que a consciência erra, por ignorância invencível, sem perder no entanto sua dignidade"(GS 16). É, portanto, próprio da dignidade do sujeito humano, e seu dever, seguir sempre sua consciência, mesmo quando ela se apresentasse errônea, por uma ignorância invencível. Neste último caso, então, supõe-se que tenha havido um prévio e normal esforço de formar retamente a consciência, buscando discernir o bem a fazer e a verdade a acolher, mas sem resultado positivo. Buscando a verdade sobre o homem, para além do que nos pode oferecer a luz da razão humana, a GS ilumina a antropologia com a luz da cristologia e ensina que só em Jesus Cristo, o Filho de Deus feito homem, "se esclarece verdadeiramente o mistério do homem"(GS 22). De fato, diz a GS, Jesus Cristo, que é "Imagem do Deus invisível", "é o homem perfeito, que restituiu aos filhos de Adão a semelhança divina, deformada desde o primeiro pecado. Já que nele a natureza humana foi assumida, e não destruída, por isso mesmo, também em nós foi elevada a uma sublime dignidade. Porque, pela encarnação, ele, o Filho de Deus, uniu-se de certo modo a cada homem. Trabalhou com mãos humanas, pensou com inteligência humana, agiu com uma vontade humana, amou com um coração humano". Por isso, "Cristo, novo Adão, na própria revelação do mistério do Pai e do seu amor, revela o homem a si mesmo e descobre-lhe a sua vocação sublime". Conseqüentemente, tudo o que a GS disse do sujeito humano e de sua dignidade inviolável, tem em Jesus Cristo "a sua fonte e nele atingem a plenitude" (GS 22). Assim, a visão antropocêntrica recebe sua luz última de uma visão cristocêntrica da história e do mundo.

Até mesmo o mistério da vida e da morte do homem são esclarecidos

em Cristo e dele recebem seu verdadeiro sentido. "Nascido da Virgem Maria, (Cristo) tornou-se verdadeiramente um de nós em tudo, exceto no pecado. Cordeiro inocente, mereceu-nos a vida com a livre efusão do seu sangue; nele Deus nos reconciliou consigo e uns com os outros e nos arrancou da escravidão do demônio e do pecado. (...) Sofrendo por nós, não só nos deu exemplo, para que sigamos seus passos, mas também abriu um novo caminho, em que a vida e a morte são santificadas e recebem um novo sentido" (GS 22).

Esse novo sentido e esta santificação do homem se manifestam e realizam naquele que crer em Jesus Cristo e o seguir, pois ele será "feito conforme à imagem do Filho que é o primogênito entre muitos irmãos" e assim "o homem cristão recebe 'as primícias do Espírito' (Rm 8,23), que o tornam capaz de cumprir a nova lei do amor" (GS 22). Esse Espírito, que é recebido pelo homem cristão, um dia o ressuscitará dos mortos, como ressuscitou a Jesus, segundo o que diz o apóstolo Paulo: "Se o Espírito daquele que ressuscitou Jesus dos mortos habita em vós, então aquele que ressuscitou Jesus Cristo dos mortos, vivificará também os vossos corpos mortais, por virtude do seu Espírito, que habita em vós" (Rm 8,11). Esta é, portanto, a sublime vocação e dignidade do ser humano. Depois desta vida mortal, na qual "a necessidade e o dever obrigam o cristão a lutar contra o mal através de muitas tribulações e a padecer a morte", o homem cristão é chamado a participar da gloriosa ressurreição de Cristo (GS 22).

A esta altura, a GS abre todo o leque da universalidade dessa vocação humana e da conseqüente misericórdia do Senhor para com todos os seres humanos, dizendo que tudo o que se disse do homem cristão, também vale para todo homem de boa vontade que não conheceu a Cristo, mas buscou o caminho do bem e da verdade. Diz o texto: "Isto (que se disse do homem cristão) vale não somente para os cristãos, mas também para todos os homens de boa vontade, em cujos corações a graça opera de modo invisível. Com efeito, tendo Cristo morrido por todos e sendo uma só a vocação última do homem, isto é, divina, devemos admitir que o Espírito Santo oferece a todos a possibilidade de se associarem, de um modo conhecido (somente) por Deus, a este mistério pascal" (GS 22). Essa doutrina é de uma grande atualidade hoje no diálogo inter-religioso, tão necessário num mundo globalizado, em que as religiões e também os não-crentes necessariamente precisam conviver.

A GS termina esta reflexão sobre a vocação do homem, dizendo: "Tal e tamanho é o mistério do homem que pela Revelação cristã brilha para os fiéis. Por Cristo e em Cristo, portanto, ilumina-se o enigma da dor e da morte,

que fora de seu Evangelho nos esmaga" (GS 22).

3. IGREJA DE DEUS: INSERIDA NO MUNDO, SERVIDORA, SOLIDÁRIA COM OS POBRES, DIALOGANTE, SACRAMENTO UNIVERSAL DA UNIDADE E DA SALVAÇÃO, PROMOTORA DA JUSTIÇA E DA PAZ

Os fundamentos eclesiológicos da GS manifestam sua compreensão da Igreja como inserida no mundo. "A Igreja existe neste mundo, com ele vive e age" (GS 40). Não é uma instituição paralela ao mundo ou abstrata, mas inserida no mundo. Contudo, a GS, sendo a última constituição do Concílio, compreende o mistério da Igreja em consonância com os anteriores documentos do Concílio que tratam da Igreja, principalmente a "*Lumen Gentium*", ainda que confrontando-a com sua necessária inserção no mundo contemporâneo e as conseqüências desta inserção.

Assim, a GS entende a Igreja primeiramente como "nascida do amor do Pai eterno, fundada no tempo por Cristo Redentor e coadunada no Espírito Santo" (GS 40). Sua origem, seu fundamento e seu modelo é a Trindade Santa, um mistério de comunhão. Inserida no mundo, ela, cujo modelo é a Santíssima Trindade, se constitui como sinal e instrumento da unidade do gênero humano (cf. *Lumen Gentium*, 1). Hoje, num mundo cada vez mais globalizado e interligado pelo avanço das técnicas de comunicação, a missão da Igreja se ser instrumento de unidade do gênero humano torna-se mais atual e com novas possibilidades e desafios.

A Igreja, segundo a GS, é também e principalmente, instrumento de salvação de todo o gênero humano, uma salvação "que não pode ser atingida plenamente senão na vida futura", para além da história humana, ou seja, numa consumação escatológica transcendente. "Contudo, ela já está presente aqui na terra, composta de homens membros da cidade terrestre, chamados justamente a formarem já na história do gênero humano a família dos filhos de Deus" (idem). A Igreja é, ao mesmo tempo, "assembléia visível e comunidade espiritual" e "caminha juntamente com a humanidade inteira. Experimenta com o mundo a mesma sorte terrena; é como que o fermento e a alma da sociedade humana a ser renovada em Cristo e transformada na família de Deus" (idem).

A GS, inspirada por toda a reflexão do Concílio, sublinha que a Igreja está a serviço do homem e de todos os homens, a serviço da humanidade, e não pode pretender dominar a humanidade. Nisto ela segue o exemplo de

Cristo que se apresenta como servo. “Estou no meio de vós como quem serve”(Lc 22,27). “O Filho do homem não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida”(Mc 10,45). “Eu vos dei o exemplo... O servo não é maior do que o Mestre”(Jo 13,15s). Isso está dentro do contexto do amor com que Deus amou o mundo: “Deus tanto amou o mundo, que entregou seu Filho único, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna. Pois Deus não enviou o seu Filho ao mundo para julgar o mundo, mas para que o mundo seja salvo por ele” (Jo 3,16-17). A Igreja está a serviço da humanidade. Ela “acredita poder ajudar muito a tornar mais humana a família dos homens e sua história”(GS 40).

Neste contexto, a Igreja apóia e favorece todo o esforço atual de buscar o pleno desenvolvimento da personalidade de cada ser humano e em promover seus direitos fundamentais, sua dignidade e liberdade, mas quer também ajudar o homem a encontrar a verdade plena do ser humano e sua vocação neste mundo e então aponta para Jesus Cristo, em quem se encontra esta plena verdade. Diz a GS: “O homem, com efeito, desejará sempre conhecer, ao menos confusamente, o significado de sua vida, de sua atividade e de sua morte. (...) Ora, somente Deus, que criou o homem à sua imagem e o remiu do pecado, oferece uma resposta satisfatória a estas questões. Realiza isto pela revelação em Cristo, seu divino Filho, que se fez homem. Todo aquele que segue Cristo, o homem perfeito, torna-se ele também mais homem”(GS 41). À luz desta antropologia que se espelha na cristologia, a Igreja “anuncia e proclama a liberdade dos filhos de Deus (...) respeita escrupulosamente a dignidade da consciência e a sua decisão livre (...), proclama os direitos dos homens e aprecia muito o dinamismo do tempo de hoje, que promove estes direitos por toda parte” (idem). Mas a Igreja não deixa também de alertar, dizendo: “Este movimento (em favor dos direitos humanos) deve ser animado pelo espírito do Evangelho e protegido contra todas as aparências da falsa autonomia”(idem).

Uma Igreja servidora deve ter como prioridade a solidariedade para com os pobres. O apóstolo Paulo escreveu que o que vale “é a fé agindo pela caridade” (Gl 5,6). A fé deve exprimir-se na caridade e na solidariedade, essa que é a versão civil da caridade. Essa é uma forma eminente; extremamente atual, urgente e indispensável de presença da Igreja no mundo. A GS destaca vigorosamente o serviço que a Igreja deve prestar ao mundo mediante a solidariedade para com todos os pobres e o esforço de superar pobreza, miséria

e fome no mundo. Hoje mais do que nunca a igreja tem este desafio. Aliás, a solidariedade eficaz para com os pobres, sejam pessoas individuais sejam países inteiros, é indispensável para a construção da paz. A solidariedade corrige as injustiças, restabelece os direitos fundamentais das pessoas e das nações, vence a pobreza e assim combate a revolta, que a injustiça provoca, afasta a violência que nasce da revolta e constrói a paz.

Nesta luta contra as injustiças, a GS apela para o princípio da destinação universal dos bens da terra e diz: “Deus destinou a terra, com tudo o que ela contém, para o uso de todos os homens e povos, de tal modo que os bens criados devem bastar a todos, com equidade, sob as regras da justiça, inseparável da caridade”(GS 69). Importante destacar que a GS mostra a diferença entre esta posição cristã e a pura justiça, que o mundo toma como critério, pois a justiça muitas vezes não basta para resgatar os pobres, é preciso também a caridade, que só a fé pode fundamentar. Como levar as nações ricas e desenvolvidas a repartir verdadeiramente com as nações pobres os bens da terra? Como reconduzir os países pobres a tomar assento na mesa universal dos bens da terra, no contexto da nova ordem econômica mundial, globalizada, de mercados abertos e livres? A Igreja deve empenhar-se nesta tarefa anunciando os direitos dos povos, pondo-se a serviço dos países pobres, dialogando sobre o que precisa ser corrigido na nova ordem econômica mundial. A construção da paz passa por este caminho, pois a pobreza cria uma justa revolta, que infelizmente muitas vezes desemboca na violência. Será que o terrorismo atual não tem como um de seus ingredientes a revolta contra uma pobreza imposta e sentida como praticamente invencível num futuro próximo e a médio prazo?

De modo amplo e abrangente, a GS exorta os cristãos a lutar contra a pobreza, a miséria, a fome, a humilhação de tanta gente e de países inteiros, dizendo: “De bom grado e de todo o coração, os cristãos cooperem na construção de uma ordem internacional na qual sejam realmente observadas as liberdades legítimas e a amizade fraterna entre todos. Devem fazê-lo de boa mente, tanto mais que a maior parte do mundo ainda se debate em tão grande pobreza que o próprio Cristo, nos pobres, como que clama em alta voz pela caridade de seus discípulos”(GS 88). Nesta altura, a GS denuncia como escândalo o seguinte: “algumas nações, cujos cidadãos na maioria se gloriam do nome de cristãos, nadam na abundância de bens, enquanto outras se vêem despojadas das coisas necessárias para viver e são torturadas pela fome,

doenças e completa miséria”(GS 88). Todos sabemos como isto é tristemente real ainda hoje em dia e, portanto, um desafio para a ação da Igreja em nível internacional no combate à pobreza no mundo.

A Igreja, inserida e atuante na sociedade humana e na história, não existe para exercer o poder político e governar a sociedade, pois “a finalidade que Cristo lhe prefixou é de ordem religiosa” (GS 42). Contudo, ela não pode ficar alheia à política, no sentido amplo da palavra, que busca organizar e promover o bem comum. “A comunidade política e a Igreja, cada uma em seu próprio campo, são independentes e autônomas uma da outra. Ambas, porém, embora por título diferente, estão a serviço da vocação pessoal e social dos mesmos homens”(GS 76). O mesmo vale em todos os setores da vida pública, como a economia, o serviço social e caritativo aos pobres, a construção da paz e assim por diante.

De modo especial, a Igreja é como que “o sacramento ou o sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano” (*Lumen Gentium*, 1). A unidade do gênero humano vai-se manifestando sempre mais nos tempos atuais, principalmente pelo fenômeno da globalização. Este fenômeno já era percebido pela GS, que mostra como a Igreja pode e deve estar a serviço desta unidade. Neste processo, diz a GS, “a Igreja admite tudo o que há de bom no dinamismo social de hoje, principalmente a evolução para a unidade, a marcha da socialização e da solidariedade no plano civil e econômico. Com efeito, a promoção da unidade se harmoniza com a missão íntima da Igreja”(GS 42). Neste serviço à unidade do gênero humano, a Igreja não procura algum tipo de poder terreno na sociedade: “A força que a Igreja pode dar à sociedade humana atual vem do vigor da fé e da caridade, levadas à prática na vida, e não do exercício de algum domínio externo, através de meios meramente humanos”(GS 42).

CONCLUSÃO

Concluo dizendo que em toda esta sua atuação e presença viva na sociedade humana, a Igreja deve constantemente exercer o diálogo. Talvez seja um dos métodos mais importantes hoje para relacionar-se positiva e construtivamente com a sociedade. Um diálogo corajoso, aberto, franco, sensível e humilde. Um diálogo com o homem contemporâneo, com a razão humana, as ciências, os avanços da biotecnologia, com as filosofias e as culturas, com a

política e a economia, com tudo o que se refere à justiça social, aos direitos humanos, à solidariedade para com os pobres. Um diálogo com toda a sociedade e seus segmentos. Um diálogo com as religiões. Um diálogo constante, sistemático, com qualidade profissional, construtivo. Um diálogo que sabe escutar, debater, discernir e assimilar o que de bom e verdadeiro, justo e humanamente digno, é proposto pelo interlocutor. Um diálogo que ao mesmo tempo sabe anunciar a verdade, da qual a Igreja é depositária e à qual deve permanecer fiel. Mas sempre um diálogo e nunca uma imposição de suas próprias convicções e métodos. Propor, e não impor. Servir, e não dominar. Uma Igreja dialogante com o mundo contemporâneo, é o que a GS delinea e promove. Uma Igreja, que, assumindo a missão de Jesus, está no mundo, não para julgar a humanidade, mas para amá-la e salvá-la (cf. Jo 3, 16 e 17).

Cardeal Dom Cláudio Hummes
Arcebispo de São Paulo

BIBLIOGRAFIA

- ALBERIGO, G., *História dos Concílios Ecumênicos*, São Paulo, Paulus, 1995
Documentos do Vaticano II, Petrópolis, Rio de Janeiro, 1966
DENZINGER, H. & HUNERMANN, P., *Enchiridion Symbolorum*, Paris, Cerf, 1997